



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007935-52.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda**
Requerente: **JOAQUIM DOMINGOS NEVES**
Requerido: **Americanas.com - B2W Companhia Digital**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter recebido propaganda da ré através de mensagem do facebook de um celular Samsung J7, pelo valor de R\$490,00, que acabou adquirindo.

Todavia como não recebeu o produto, diligenciou junto à loja física da ré e constatou que tinha sido vítima de fraude, pois não havia nenhum pedido seu nome no banco de dados da ré.

Pleiteia a responsabilização da ré pelos danos que suportou e o consequente ressarcimento do valor que pagou pelo produto.

A ré em contestação refuta sua responsabilidade no caso concreto alegando que o autor foi vítima de fraude, através de software mal-intencionados que comprometeram o equipamento do autor, não podendo se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

responsabilizar pelas consequências que daí derivam.

Reputo que no mérito assiste razão à ré. Não detecto diante dos fatos demonstrados pelo autor qualquer ilicitude por parte da ré, restringido-se toda situação a ilicitude cometidas por terceiros fraudadores, aliado ao descuido do próprio autor quando da aquisição do aparelho celular.

O próprio autor, no relato inicial declinou que em contato com a empresa em sua loja física, dias após o pagamento, obteve a informação de que não existia compra em seu nome junto à requerida, não resultando, portanto, falha na segurança no site da ré, mas sim fraude perpetrada por terceiro que criou site falso.

Nesse diapasão, o autor não teve a cautela que se fazia necessária ao realizar a compra em site diverso falso, cujo domínio era diverso daquele disponibilizado pela ré.

Ademais, o autor deveria ter, no mínimo, desconfiado do “desconto” oferecido, pois um produto que vale mais de R\$ 1.000,00, não poderia estar à venda por apenas R\$ 490,00.

Os e-mails recebidos pelo autor e encartados a fl. 02/04, no mínimo suscitam dúvidas quanto a licitude da transação. Embora apontem o nome da requerida o remetente é totalmente estranho a ré (semana563@br236.hostgator.com.br), o que facilmente demonstra um situação de golpe, e mesmo assim, o autor acabou pagamento o boleto gerado.

A situação configura a negligência do autor, não havendo qualquer ilicitude no proceder da requerida o que afasta o dever de indenizar tanto materialmente como moralmente o consumidor.

A rigor o caso remonta a hipótese de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, situação que exclui o dever da ré de indenizar o autor, na forma do art.14 § 3º, inciso II do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - ...

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Ressalta-se, que nos dias atuais, é notório e de conhecimento de todos a existência de sites falsos, sobretudo aqueles que anunciam preços que são incompatíveis com a realidade do mercado, como no caso concreto e quando aceito pagamento somente por boleto, o que sinaliza a prática da fraude.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Neste sentido, já se decidiu:

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. COMPRA VIA INTERNET. SITE FALSO. FRAUDE. AMERICANAS.COM. CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO E DO PRÓPRIO AUTOR. AUSÊNCIA DE CAUTELA ACERCA DA AUTENTICIDADE DA OFERTA. IMPOSSIBILIDADE DE IMPUTAR A RESPONSABILIDADE DO DESCUIDO DO CONSUMIDOR À REQUERIDA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Caso em que o autor busca a reparação dos danos causados em virtude da compra de um smartphone via internet em suposto site da requerida, mediante promoção visualizada no facebook, cujo produto nunca foi entregue em sua residência. Ausência de responsabilidade da ré perante culpa exclusiva de terceiro e descuido do próprio autor, que deixou de tomar a devida cautela ao adquirir produto de promoção duvidosa. Aplicação pura do artigo 14, § 3º, II, do CDC. Sentença de improcedência mantida por seus próprios fundamentos, fulcro no artigo 46 da lei 9.099/95. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004983110, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 28/11/2014)

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. COMPRA VIA INTERNET. SITE FALSO. AMERICANAS.COM. CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO E DO PRÓPRIO AUTOR. AUSÊNCIA DE CAUTELA ACERCA DA AUTENTICIDADE DA OFERTA. FRAUDE EVIDENTE PELA DESPROPORCIONALIDADE DO VALOR DE MERCADO DO PRODUTO COM AQUELE ANUNCIADO NO SITE FALSO. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA RÉ. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO. RECURSO DA RÉ PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71005420278, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Julgado em 20/05/2015). (TJ-RS - Recurso Cível: 71005420278 RS, Relator: Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Data de Julgamento: 20/05/2015, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 22/05/2015)

Tal orientação aplica-se à situação dos autos, não se podendo cogitar responsabilidade a cargo da ré e muito menos do recebimento pelo

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

autor da restituição pretendida.

A rejeição da pretensão deduzida nesse contexto
transparece de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação
mas, deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios,
com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 14 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**